

Nu Pagamentos S.A.

Demonstrações Financeiras

em 31 de
junho de 2018



Conteúdo

- 5 Relatório da administração
- 7 Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras
- 12 Balanço patrimonial
- 14 Demonstrações do resultado
- 15 Demonstrações das mutações do patrimônio líquido
- 16 Demonstrações dos fluxos de caixa
- 19 Notas explicativas às demonstrações financeiras

Relatório da administração

Em atendimento à Circular nº 3.833, de 17 de maio de 2017 do Banco Central do Brasil (BACEN), a administração da Nu Pagamentos S.A. (“Instituição” ou “Nubank”) tem o prazer de submeter à apreciação de V.Sas. as demonstrações financeiras da Instituição relativas ao semestre findo em 30 de junho de 2018. O Nubank oferece um cartão de crédito internacional MasterCard, controlado por um aplicativo para smartphone. Como a primeira empresa de cartão de crédito sem canais físicos no Brasil, o Nubank reduziu a complexidade e os custos da sua operação para devolver aos clientes o controle de suas finanças.

A receita total do primeiro semestre de 2018, montante que resulta da soma da receita operacional (correspondente à taxa de intercâmbio) e da receita financeira (proveniente de juros e rendimentos), indica um aumento substancial de crescimento em comparação à receita do primeiro semestre de 2017. Esse aumento

também se reflete no portfólio de recebíveis de cartão de crédito da Instituição.

O plano de negócio do Nubank prevê que o crescimento no volume transacionado dos cartões já emitidos, bem como novos cartões e/ou novos produtos resultarão em geração de lucros no futuro.

Em 18 de maio de 2017 o Nubank foi aprovado como instituição de pagamentos na modalidade de emissor de instrumentos de pagamento pós pago, pelo Banco Central do Brasil (BACEN) de acordo com a publicação no diário oficial.

A administração da Instituição atesta que tem capacidade econômica e financeira para manter até o vencimento todos os títulos e valores mobiliários classificados na categoria de “mantidos até o vencimento”. Ficamos à disposição para quaisquer esclarecimentos que se fizerem necessários.

São Paulo, 10 de agosto de 2018

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Acionistas e Administradores
da Nu Pagamentos S.A.
São Paulo – SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Nu Pagamentos S.A. (“Instituição”), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Nu Pagamentos S.A. em 30 de junho de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o

semestre findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições de pagamento autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Instituição, de acordo com os

princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Instituição é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das

demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições de pagamento autorizadas a funcionar pelo Banco Central do

Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Instituição continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Instituição ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança

razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Instituição.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Instituição. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Instituição a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral,

a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 10 de agosto de 2018

KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP014428/O-6

Marco Antonio Pontieri
Contador CRC 1SP153569/O-0

Balanço Patrimonial em 30 de junho de 2018

(Em milhares de Reais)

| Ativo | Nota | 2018 | 2017 |
|--|-------------|------------------|------------------|
| Total do ativo circulante | | 6.831.208 | 2.590.146 |
| Disponibilidades | 4 | 256.088 | 131.284 |
| Aplicações interfinanceiras de liquidez | | 69.003 | - |
| Aplicações em operações compromissadas | | 69.003 | - |
| Títulos e valores mobiliários | 5 | 1.958.326 | 504.824 |
| Livres | | 797.831 | 356.193 |
| Vinculados à prestação de garantias | | 1.160.495 | 148.631 |
| Outros créditos | 6 | 4.535.631 | 1.952.804 |
| Valores a receber cartão de crédito | | 4.819.934 | 1.984.493 |
| Diversos | | 157.145 | 63.519 |
| Provisão para outros créditos | | (441.448) | (95.208) |
| Outros valores e bens | | 12.160 | 1.234 |
| Despesas antecipadas | | 12.160 | 1.234 |
| Total do realizável a longo prazo | | 183.020 | 95.470 |
| Títulos e valores mobiliários | 5 | 104 | 2.169 |
| Vinculados à prestação de garantias | | 104 | 2.169 |
| Outros créditos | | 182.916 | 93.301 |
| Diversos | 6 | 182.916 | 93.301 |
| Total do permanente | | 100.770 | 14.069 |
| Investimentos | 7 | 84.859 | 8.986 |
| Participações em coligadas e controladas no país | | 80.033 | - |
| Investimentos no exterior | | 4.826 | 8.986 |
| Imobilizado de uso | | 15.805 | 4.977 |
| Instalações, móveis e equipamentos de uso | | 18.959 | 6.205 |
| Depreciação acumulada | | (3.154) | (1.228) |
| Intangível | | 106 | 106 |
| Total do ativo | | 7.114.998 | 2.699.685 |

| Passivos | Nota | 2018 | 2017 |
|---|-------------|------------------|------------------|
| Total do passivo circulante | | 6.284.224 | 2.275.087 |
| Outras obrigações | 9 | 5.952.557 | 2.246.784 |
| Valores a pagar cartão de crédito | | 4.610.196 | 2.178.141 |
| Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados | | 804 | 3.234 |
| Fiscais e previdenciárias | | 53.753 | 12.163 |
| Diversas | | 1.287.804 | 53.246 |
| Obrigações por empréstimos e repasses | 8 | 331.667 | - |
| Empréstimos no exterior | | 331.667 | - |
| Total do passivo não circulante | | - | 28.303 |
| Obrigações por empréstimos e repasses | 8 | - | 28.303 |
| Empréstimos no exterior | | - | 28.303 |
| Resultado de exercícios futuros | | 28.072 | 701 |
| Patrimônio líquido | 10 | 802.702 | 423.897 |
| Capital social | | 1.065.451 | 587.049 |
| Reserva de capital | | 67.023 | 37.684 |
| (-) Prejuízo acumulado | | (329.772) | (200.836) |
| Total do passivo e patrimônio líquido | | 7.114.998 | 2.699.685 |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações do resultado

Semestre findos em
30 junho de 2018 e 2017

(Em milhares de Reais, exceto o prejuízo por ação)

| | Nota | 2018 | 2017 |
|--|------------|------------------|------------------|
| Receita operacional | 11 | 196.877 | 82.703 |
| Custo dos serviços prestados | 12 | (157.259) | (69.785) |
| Lucro bruto | | 39.618 | 12.918 |
| Despesas de pessoal | 13a | (60.025) | (37.902) |
| Despesas administrativas | 13b | (35.480) | (18.669) |
| Resultado de participações em controladas | 7 | 603 | (1.352) |
| Outras receitas operacionais | | 24.555 | 8.152 |
| Outras despesas operacionais | | (26.863) | (6.591) |
| Provisão para perda do valor recuperável | 6e | (226.726) | (100.022) |
| Plano de opção de compra de ações | 10b | (14.963) | (12.330) |
| Outras receitas/(despesas) operacionais | | (338.899) | (168.714) |
| Prejuízo operacional | | (299.281) | (155.796) |
| Receitas financeiras | | 304.606 | 102.644 |
| Despesas financeiras | | (70.000) | (10.018) |
| Resultado financeiro | 14 | 234.606 | 92.626 |
| Resultado antes de imposto de renda e contribuição social | | (64.675) | (63.170) |
| Ativo fiscal diferido | | 13.786 | 24.220 |
| Imposto de renda e contribuição social | 15 | 13.786 | 24.220 |
| Prejuízo dos semestres | | (50.889) | (38.950) |
| Prejuízo por ação | | (2,40) | (1,07) |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Semestre findos em 30 de junho
de 2018 e 2017

(Em milhares de Reais)

| | Capital social | Reserva de capital | Prejuízos acumulados | Total do patrimônio líquido |
|--|-------------------|-----------------------|-------------------------|-----------------------------------|
| Saldo em 31 de dezembro de 2016 | 587.049 | 25.354 | (161.886) | 450.517 |
| Opção de ações outorgadas (Nota 10) | - | 12.330 | - | 12.330 |
| Prejuízo do semestre | - | - | (38.950) | (38.950) |
| Saldo em 30 de junho de 2017 | 587.049 | 37.684 | (200.836) | 423.897 |
| Saldo em 31 de dezembro de 2017 | 587.049 | 52.060 | (278.883) | 360.226 |
| Opção de ações outorgadas (Nota 10) | - | 14.963 | - | 14.963 |
| Aumento de capital | 478.402 | - | - | 478.402 |
| Prejuízo do semestre | - | - | (50.889) | (50.889) |
| Saldo em 30 de junho de 2018 | 1.065.451 | 67.023 | (329.772) | 802.702 |

As notas explicativas são parte integrante
das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos fluxos de caixa

Semestre findos em 30 de junho
de 2018 e 2017

(Em milhares de Reais)

| | Nota | 2018 | 2017 |
|---|------|----------------|------------------|
| Fluxo de caixa das atividades operacionais | | | |
| Prejuízo do semestre | | (50.889) | (38.950) |
| Ajustes para: | | | |
| Depreciação/amortização | | 1.266 | 730 |
| Provisão para perda do valor recuperável | | 226.726 | 100.022 |
| Ativo fiscal diferido | | (13.786) | (24.220) |
| Resultado de participação em controladas | | (603) | 1.352 |
| Resultado de exercícios futuros | | 10.659 | 659 |
| Provisão de contingências | | 188 | 82 |
| Variações cambiais sem efeito de caixa | | - | 541 |
| Juros e variação cambial de empréstimos e repasses sem efeito de caixa | | 37.352 | 1.672 |
| Opções de ações outorgadas | | 14.963 | 12.330 |
| Resultado ajustado | | 225.876 | 54.218 |
| (Aumento) de títulos e valores mobiliários | | (752.936) | (117.602) |
| (Aumento) de outros créditos | | (1.244.608) | (641.202) |
| Redução de outros valores e bens | | (8.400) | 758 |
| Aumento de outras obrigações | | 1.881.535 | 589.141 |
| Fluxo de caixa aplicado nas atividades operacionais | | 101.467 | (114.687) |
| Fluxo de caixa de atividades de investimento | | | |
| Aquisição de imobilizado | | (8.747) | (981) |
| Investimento em controladas | | (80.099) | - |

| | | |
|---|-----------------|------------------|
| Fluxo de caixa aplicado nas atividades de investimento | (88.846) | (981) |
| Fluxo de caixa de atividades de financiamento | | |
| Aumento de capital | 478.402 | - |
| Recursos tomados | 45.800 | 10.121 |
| Amortização de empréstimos | (29.232) | (1.211) |
| Fluxo de caixa decorrente de atividades de financiamento | 494.970 | 8.910 |
| Caixa e equivalentes de caixa | 20a | |
| Caixa e equivalentes de caixa no início do semestre | 397.075 | 477.935 |
| Caixa e equivalentes de caixa no final do semestre | 904.666 | 371.177 |
| Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa | 507.591 | (106.758) |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às Demonstrações financeiras dos semestres findos em 30 de junho de 2018 e 2017

(Em milhares de Reais)

1. Contexto operacional

A Nu Pagamentos S.A. (“Instituição” ou “Nubank”) é constituída na forma de sociedade anônima, domiciliada no Brasil, com sede na Rua Capote Valente, 39, Pinheiros – São Paulo – SP – CEP 05409-000 – Brasil. O Nubank tem por objeto as seguintes atividades: a prestação de serviços de emissão, de administração, de transferência e de pagamentos relacionados a instrumentos de pagamentos pós-pagos; e a participação em outras sociedades, na qualidade de sócia ou acionista.

O Nubank foi constituído em 15 de maio de 2013, iniciando suas operações com o público em geral em setembro de 2014. Com o sucesso de sua proposta de valor perante o público-alvo, atualmente encontra-se em fase de acelerado crescimento de suas operações. Dada a natureza do negócio, há um investimento inicial na análise de novos clientes, bem como na produção e envio dos cartões. Apenas após um período de uso tais

clientes passarão a ser rentáveis para a Instituição.

O plano de negócio do Nubank prevê que o crescimento no volume transacionado dos cartões já emitidos, bem como novos cartões e/ou novos produtos resultarão em geração de lucros no futuro. Dessa maneira, as demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade normal dos negócios da Instituição.

Em 18 de maio de 2017 o Nubank foi aprovado como instituição de pagamentos na modalidade de emissor de instrumentos de pagamento pós pago, pelo Banco Central do Brasil (BACEN) de acordo com a publicação no Diário Oficial.

2. Base de preparação das Demonstrações financeiras

Em função da autorização junto ao Banco Central para atuar como instituição de pagamento, as demonstrações financeiras do Nubank passaram a refletir

as regras contábeis definidas no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – “COSIF”, emitido pelo BACEN, conforme disposto na Circular nº 3.833, de 17 de maio de 2017 do BACEN.

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, observando as diretrizes contábeis emanadas pela Lei das Sociedades por Ações nº 6.404/76, alterações introduzidas pela Lei nº 11.638/07 em consonância com as diretrizes estabelecidas pelo BACEN, CMN, consubstanciadas no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF e os pronunciamentos, orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC aprovados pelo BACEN (CPC 01– Redução ao Valor Recuperável de Ativos, CPC 03 – Demonstração dos Fluxos de Caixa, CPC 05 – Divulgação sobre Partes Relacionadas, CPC 10 – Pagamento

Baseado em Ações, CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro, CPC 24 – Evento Subsequente, CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes e CPC 33 – Benefícios a Empregados).

O Nubank optou pela faculdade prevista no art. 6º da Circular nº 3.833 de 17 de maio de 2017 do BACEN de utilizar o modelo de demonstração de resultado previsto para empresas não financeiras, segundo as práticas contábeis adotadas no Brasil, em substituição aos modelos padronizados definidos no COSIF. Estas demonstrações financeiras foram aprovadas pela Administração em 10 de agosto de 2018.

3. Resumo das principais políticas contábeis

As políticas contábeis descritas abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente com os semestres apresentados nestas demonstrações financeiras.

a. Apuração do resultado

Em conformidade com o regime de competência, as receitas e despesas são reconhecidas na apuração do resultado do semestre a que pertencem e, quando se correlacionam, de forma simultânea, independentemente de recebimento ou pagamento.

b. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa estão representados por disponibilidades em moeda nacional, estrangeira, aplicações em operações compromissadas, aplicações em fundos não exclusivo com liquidez diária, com prazo de vencimento original igual ou inferior a 90 dias.

c. Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos

A carteira de títulos e valores mobiliários está demonstrada pelos seguintes critérios de registro e avaliação contábil:

(i) Títulos para negociação

Adquiridos com o propósito de serem

ativa e frequentemente negociados, sendo que os rendimentos auferidos e o ajuste ao valor de mercado são reconhecidos em contrapartida ao resultado do período. Independentemente do prazo de vencimento, os títulos para negociação são classificados no ativo circulante.

(ii) Títulos mantidos até o vencimento

Adquiridos com a intenção e capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento, são avaliados pelos custos de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período.

(iii) Títulos disponíveis para venda

Que não se enquadrem como para negociação nem como mantidos até o vencimento e são registrados pelo custo de aquisição com rendimentos apropriados a resultado e ajustados pelo valor de mercado em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido, deduzidos dos efeitos tributários.

Instrumentos financeiros derivativos:

a avaliação é efetuada com base no valor de mercado e as valorizações e desvalorizações decorrentes são registradas no resultado do período.

d. Operações de cartão de crédito e provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa

As operações de cartão de crédito são classificadas de acordo com os parâmetros estabelecidos pela Resolução nº 2.682/99 do CMN, que requer a análise periódica da carteira e sua classificação em nove níveis, sendo AA (risco mínimo) e H (100% provisionado). As rendas das operações de cartão de crédito vencidas há mais de 60 dias, independentemente de seu nível de risco, somente serão reconhecidas como receita, quando efetivamente recebidas. A administração também efetua o julgamento quanto ao nível de risco, levando em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos em

relação à operação, aos devedores e garantidores gerando uma provisão adicional à requerida pela Resolução nº 2.682/99 do CMN. As operações classificadas como nível H, permanecem nessa classificação por no máximo 6 meses, quando então são baixadas contra a provisão existente e controladas, por pelo menos cinco anos, em contas de compensação, não mais figurando em balanços patrimoniais. As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas. As renegociações de operações de cartão de crédito que já haviam sido baixadas contra a provisão e que estavam em contas de compensação são classificadas como H e os eventuais ganhos provenientes da renegociação somente são reconhecidos como receita, quando efetivamente recebidos. A provisão para créditos de liquidação duvidosa, considerada suficiente pela administração, atende ao requisito mínimo estabelecido pela Resolução anteriormente referida.

e. Cessões de crédito

As cessões de recebíveis de cartão de crédito foram contabilizadas de acordo com a Resolução nº 3.533/08, que trata operações cedidas sem coobrigação e operações cedidas com retenção substancial ou parcial de riscos e benefícios, as quais devem ser mantidas na carteira do cedente em contrapartida de obrigações por operações de venda ou transferência de ativos financeiros, bem como, a provisão para créditos de liquidação duvidosa deverá ser contabilizada de acordo com a Resolução nº 2.682/99 e o resultado deverá ser reconhecido de acordo com o prazo do contrato.

f. Imposto de renda e contribuição social

Os créditos tributários de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido, calculados sobre prejuízo fiscal, base negativa de contribuição social e de adições temporárias, são registrados na rubrica “Outros Créditos – Diversos”.

Os créditos tributários sobre as adições temporárias serão realizados quando do pagamento e/ou reversão das respectivas provisões sobre as quais foram constituídos. Os créditos tributários sobre prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social serão realizados de acordo com a geração de lucros tributáveis, observado o limite de 30% do lucro real e da base de cálculo da CSLL do período-base. Os créditos tributários são reconhecidos contabilmente com base nas expectativas atuais de realização, fundamentados através dos estudos técnicos realizadas pela Administração. A provisão para imposto de renda é constituída à alíquota-base de 15% do lucro tributável, acrescida de adicional de 10%. A contribuição social sobre o lucro foi calculada até agosto de 2015, considerando a alíquota de 15%. Para o período compreendido entre setembro de 2015 e dezembro de 2018, a alíquota foi alterada para 20%, conforme Lei nº 13.169/15, retornando à alíquota de 15% a partir de janeiro de 2019.

A demonstração dos valores de imposto de renda e contribuição social e a origem dos créditos tributários estão apresentados na Nota 15.

g. Investimentos

Os investimentos em empresas controladas estão avaliados pelo método de equivalência patrimonial.

h. Imobilizado

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição, deduzido de depreciação acumulada. O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição do ativo e são depreciados a partir da data em que estão disponíveis para uso.

A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, menos seus valores residuais estimados, utilizando o método linear baseado na vida útil dos itens.

As vidas fiscais dos itens do ativo imobilizado para o exercício são as seguintes:

| | |
|-----------------------------|---------|
| Móveis e utensílios | 10 anos |
| Equipamentos de informática | 5 anos |

Os valores gastos com benfeitoria em imóveis de terceiros são amortizados de acordo com o prazo do contrato de aluguel do imóvel.

i. Despesas antecipadas

São contabilizadas as aplicações de recursos em pagamentos antecipados, cujos direitos de benefícios ou prestação de serviços ocorrerão em períodos futuros e estão registradas na rubrica “Outros valores e bens”

j. Resultado de exercícios futuros

Entendam-se como rendas antecipadas (resultado de exercícios futuros) as receitas de exercícios futuros correspondentes a um acréscimo no ativo da entidade que ocorreu antes do cumprimento da obrigação contratual (prestação de serviço), sobre os quais não haja quaisquer perspectivas de

exigibilidade e cuja apropriação, como renda efetiva depende apenas da fluência do prazo.

k. Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas financeiras compreendem os juros sobre aplicações financeiras de curto prazo, títulos e valores mobiliários, outras rendas financeiras, juros de empréstimos e variação cambial e são reconhecidas no resultado em base “pró-rata” dia.

l. Ativos e passivos contingentes

De acordo com o CPC 25 – “Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes” são direitos e obrigações potenciais decorrentes de eventos passados e cuja ocorrência depende de eventos futuros.

Os ativos contingentes não são reconhecidos nas Demonstrações financeiras, exceto, quando a Administração da Instituição entende que sua realização é virtualmente certa.

Os passivos contingentes decorrem principalmente de processos judiciais e administrativos, inerentes ao curso normal dos negócios da Instituição. Essas contingências são avaliadas com base nas melhores estimativas da Administração da Instituição levando em consideração o parecer de assessores legais quando houver probabilidade de que recursos financeiros sejam exigidos para liquidar as obrigações e que o montante das obrigações possa ser estimado com razoável segurança.

As contingências são classificadas como:

- Prováveis: as quais são constituídos passivos reconhecidos no Balanço Patrimonial na rubrica de outras obrigações;
- Possíveis: as quais são divulgadas nas Demonstrações financeiras, não sendo nenhuma provisão registrada; e
- Remotas: as quais não requerem provisão e divulgação.

m. Redução ao valor recuperável de ativos financeiros

Perdas por redução ao valor recuperável dos ativos financeiros não avaliados pelo valor justo são reconhecidas imediatamente quando há evidência objetiva de perda e o valor contábil desses ativos é reduzido com o uso de provisões. Provisões para redução ao valor recuperável de ativos financeiros não avaliados ao valor justo são avaliadas e calculadas individualmente e são reconhecidas na demonstração do resultado.

n. Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

Os ativos que estão sujeitos à amortização são revisados para a verificação de perda no valor recuperável anualmente, ou sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda no valor recuperável é reconhecida pelo valor ao qual o valor contábil do ativo excede seu

valor recuperável. Este último é o valor mais alto entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o seu valor em uso. No semestre e exercício findos em 30 de junho de 2018 não houve ajuste ao valor recuperável para ativos não financeiros.

o. Plano de opção de compra de ações

O Nubank mantém um plano de incentivo de longo prazo, estruturado por meio de outorgas de opções de compra de ações, no âmbito do Plano de Opção de Compra de Ações da Nu Holdings Ltd. (Holding) – stock option (“Plano de Opção”). O objetivo é conceder, aos colaboradores da Instituição, a oportunidade de se tornarem acionistas da Holding, obtendo, em consequência, um maior alinhamento dos seus interesses com os interesses dos acionistas, bem como possibilitar à Instituição atrair e manter vinculados a ela administradores e empregados. O valor justo das opções concedidas pela Holding é reconhecido no resultado da

Instituição, durante o período no qual o direito é adquirido (período durante o qual as condições específicas de aquisição de direitos devem ser atendidas). No fim de cada exercício, a Instituição revisa suas estimativas da quantidade de opções cujos direitos devem ser adquiridos com base nas condições estabelecidas. A Instituição reconhece o impacto da revisão das estimativas iniciais, se houver, na demonstração do resultado, em contrapartida à reserva de capital no patrimônio líquido.

4. Disponibilidades

| | 2018 | 2017 |
|---------------------------------------|----------------|----------------|
| Caixa | 22 | 6 |
| Banco - Conta movimento | 242.810 | 127.158 |
| Outras reservas livres | 3.093 | - |
| Disponibilidades em moeda estrangeira | 10.163 | 4.120 |
| Total | 256.088 | 131.284 |

5. Títulos e valores mobiliários

a. Concentração por tipo, classificação e prazo de vencimento

Para negociação

| | | | | 2018 | 2017 |
|--|----------------|-----------------------|--------------------|---------------------|---------------------|
| | Até 3 meses | De 6 meses a 1 ano | Acima de 5 anos | Valor de Mercado | Valor de Mercado |
| Letras financeiras do tesouro | - | - | 1.101.461 | 1.100.465 | - |
| Recibos de depósitos bancários - RDB pós fixado (ii) | 660 | - | - | 660 | 2.169 |
| Certificados de depósitos bancários - CDB pós fixados (ii) | 156.430 | - | - | 156.430 | - |
| Letras de arrendamento mercantil - LAM | 3.610 | 308.904 | - | 312.514 | - |
| Total | 160.700 | 308.904 | 1.101.461 | 1.570.069 | 2.169 |

Disponível para venda

| | | 2018 | 2017 |
|-------------------------------------|-------------------|---------------------|---------------------|
| | Sem vencimento | Valor de mercado | Valor de Mercado |
| Cotas de fundos de investimento (i) | 387.030 | 387.030 | 501.335 |
| Total | 387.030 | 387.030 | 501.335 |

| | | | 2018 | 2017 |
|--|--------------|---------------|------------------|------------------|
| | Até 3 meses | De 3 a 5 anos | Valor de Mercado | Valor de Mercado |
| Mantidos até o vencimento | | | | |
| Certificados de depósitos bancários - CDB pós fixados (ii) | 1.227 | - | 1.227 | 3.489 |
| Letra de câmbio | - | 104 | 104 | - |
| Total | 1.227 | 104 | 1.331 | 3.489 |

(i) Refere-se à aplicação em cotas de fundo de investimento em cotas de fundos de renda fixa não exclusivos e cotas do FIDC Nubank, fundo exclusivo. O valor de mercado dessas aplicações é apurado com base no valor da cota divulgado pelos administradores dos fundos.

(ii) Referem-se a CDBs e RDBs pós fixados. A Administração da Instituição concluiu que o custo (preço de aquisição), acrescido dos ajustes diários de rentabilidade desses instrumentos, foi considerado a melhor estimativa de valor de mercado.

Não houve reclassificação de títulos e valores mobiliários entre categorias durante os semestres findos em 30 de junho de 2018 e 2017.

b. Resultado com instrumentos financeiros

| | 2018 | 2017 |
|--|---------------|---------------|
| Rentabilidade de cotas de fundos de investimento | 20.340 | 84.681 |
| Rendas de aplicações em CDBs e RDB | 4.722 | 339 |
| Renda de aplicações em títulos públicos | 21.711 | - |
| Rendas de operações compromissadas | 7.996 | - |
| Rendas de depósito no exterior | - | 329 |
| Ajuste a marcação de mercado LFT | (964) | - |
| Total | 53.805 | 85.349 |

6. Outros créditos**a. Composição de outros créditos**

| | 2018 | 2017 |
|---|------------------|------------------|
| Valores a receber cartão de crédito | 4.397.950 | 1.964.237 |
| Retenção de riscos por operações cedidas (i) | 421.984 | 20.256 |
| Crédito tributário (nota 15b) | 182.916 | 97.161 |
| Impostos e contribuições a compensar | 56.976 | 27.035 |
| Diversos | 100.169 | 32.624 |
| Provisão para créditos de liquidação duvidosa - cartão de crédito | (441.448) | (95.208) |
| Total | 4.718.547 | 2.046.105 |

(i) Refere-se à retenção de risco de recebíveis de cartão de crédito cedidas ao FIDC Nu com coobrigação. Durante o semestre, foram cedidas operações de recebíveis de cartão

de crédito ao FIDC Nu que geraram despesa de R\$14.757 em 2018 e R\$1.717 em 2017 em Outras despesas operacionais.

b. Composição da carteira de operações de cartão de crédito

| | 2018 | 2017 |
|--------------------------------------|------------------|------------------|
| Valores a receber - saldo corrente | 3.045.453 | 1.010.501 |
| Valores a receber - parcelas futuras | 1.774.481 | 973.992 |
| Total | 4.819.934 | 1.984.493 |

A composição das operações de cartão de crédito incluem o valor da retenção de riscos e benefícios por operações cedidas em 30 de junho de 2018 e 2017.

c. Composição da carteira de operações de cartão de crédito a receber por vencimento

| | 2018 | 2017 |
|---|------------------|------------------|
| Operações de cartão de crédito vencidas | 514.930 | 101.873 |
| Até 3 meses | 3.568.288 | 1.202.898 |
| 3 a 6 meses | 509.225 | 478.428 |
| 6 a 12 meses | 227.492 | 201.294 |
| Total | 4.819.934 | 1.984.493 |

A abertura por vencimento das operações de cartão de crédito incluem o valor da retenção de riscos e benefícios por operações cedidas em 30 de junho de 2018 e 2017.

**d. Classificação de carteira de cartões
de crédito por níveis de risco**

2018

Operações de cartões de crédito

| Nível | Curso normal | Atraso | Total | % | Provisão | Provisão adicional | Provisão total |
|------------------|------------------|----------------|------------------|-----|------------------|--------------------|------------------|
| A | 4.254.331 | 108.629 | 4.362.961 | 0,5 | (21.815) | (60.475) | (82.290) |
| B | 26.601 | 52.193 | 78.794 | 1 | (788) | (26.605) | (27.393) |
| C | 20.408 | 61.586 | 81.994 | 3 | (2.460) | (45.747) | (48.207) |
| D | 2.750 | 46.757 | 49.507 | 10 | (4.951) | (37.607) | (42.558) |
| E | 839 | 36.093 | 36.932 | 30 | (11.080) | (22.461) | (33.541) |
| F | 51 | 39.773 | 39.823 | 50 | (19.912) | (18.110) | (38.022) |
| G | 25 | 34.303 | 34.327 | 70 | (24.029) | (9.813) | (33.842) |
| H | - | 135.595 | 135.595 | 100 | (135.595) | - | (135.595) |
| Total (i) | 4.305.005 | 514.930 | 4.819.934 | | (220.630) | (220.818) | (441.448) |

2017

Operações de cartões de crédito

| Nível | Curso normal | Atraso | Total | % | Provisão | Provisão adicional | Provisão total |
|------------------|------------------|----------------|------------------|-----|-----------------|--------------------|-----------------|
| A | 1.882.620 | 20.635 | 1.903.255 | 0,5 | (9.516) | (16.136) | (25.652) |
| B | - | 10.832 | 10.832 | 1 | (108) | (4.197) | (4.305) |
| C | - | 9.384 | 9.384 | 3 | (282) | (6.155) | (6.437) |
| D | - | 7.840 | 7.840 | 10 | (784) | (6.069) | (6.853) |
| E | - | 4.696 | 4.696 | 30 | (1.409) | (2.984) | (4.393) |
| F | - | 19.391 | 19.391 | 50 | (9.696) | (8.972) | (18.668) |
| G | - | 18.191 | 18.191 | 70 | (12.734) | (5.262) | (17.996) |
| H | - | 10.904 | 10.904 | 100 | (10.904) | - | (10.904) |
| Total (i) | 1.882.620 | 101.873 | 1.984.493 | | (45.433) | (49.775) | (95.208) |

(i) Os saldos totais para cálculo da provisão incluem o valor da retenção de riscos e benefícios por operações cedidas em 30 de junho de 2018 e 2017.

**e. Movimentação da provisão
de redução ao valor recuperável**

| | 2018 | 2017 |
|-----------------------------------|------------------|-----------------|
| Saldo no início do semestre | (340.074) | (41.988) |
| (Constituição)/Reversão | (226.726) | (100.022) |
| Baixados para prejuízo | 125.352 | 46.802 |
| Saldo no final do semestre | (441.448) | (95.208) |

**f. Operações renegociadas/
recuperadas**

O montante das operações renegociadas e recuperadas nos semestres findos em 30 de junho de 2018 e 2017 totalizou R\$87.426 e R\$18.227 em 2018 e R\$ 23.482 e R\$7.774 em 2017, respectivamente.

7. Investimentos

As participações em controladas do Nubank são compostas conforme demonstrado abaixo:

Nu Payments, LLC: Sociedade limitada, subsidiária direta da Instituição, constituída de acordo com a Lei das Sociedades Limitadas de Delaware nos Estados Unidos da América;
Nu Investimentos Ltda.: Sociedade

limitada, subsidiária direta da Instituição, constituída de acordo com a Lei das Sociedades Limitadas em 03 de janeiro de 2018; e Nu Financeira S.A. – CSFI: Instituição financeira sob processo de autorização do BACEN, subsidiária direta da Instituição, constituída de acordo com as diretrizes estabelecidas pelo BACEN, em 28 de fevereiro de 2018.

| | 2018 | | |
|--|-----------------------------|--------------------------|----------------------------|
| | Nu Payments, LLC | Nu Investimentos LTDA | Nu Financeira S.A. CSFI |
| Total do ativo | 4.827 | 50 | 80.000 |
| Total do passivo | - | 3 | 14 |
| Patrimônio líquido | 4.157 | 100 | 80.000 |
| Lucro/(prejuízo) do semestre | 670 | (53) | (14) |
| Valor do investimento em 30 de junho de 2018 | 4.826 | 47 | 79.986 |
| Participação no capital - % | 100 | 100 | 100 |
| | 2017 | | |
| | Nu Payments, LLC | | |
| Total do ativo | 182.989 | | |
| Total do passivo | 174.002 | | |
| Patrimônio líquido | 10.338 | | |
| Prejuízo do semestre | (1.352) | | |
| Valor do investimento em 30 de junho de 2017 | 8.986 | | |
| Participação no capital - % | 100 | | |

8. Obrigações por empréstimos e repasses

Refere-se às obrigações relacionadas a linhas de créditos tomadas junto a instituições financeiras no exterior, no montante de R\$331.667 (R\$28.303 em 2017), com vencimento em janeiro de 2019, indexadas ao CDI e Libor.

9. Outras obrigações

a. Composição de outras obrigações

| | 2018 | 2017 |
|---|------------------|------------------|
| Contas a pagar bandeira - cartão de crédito | 4.601.936 | 2.178.141 |
| Contas de pagamento pré-paga | 905.872 | - |
| Obrigações por operações de venda ou de transferência de ativos financeiros (i) | 296.407 | 20.256 |
| Provisão para pagamentos a efetuar - fornecedores diversos | 84.969 | 29.802 |
| Fiscais e previdenciárias | 53.753 | 12.163 |
| Diversas | 8.260 | 2.994 |
| Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados | 804 | 3.234 |
| Provisão para contingências | 556 | 194 |
| Total | 5.952.557 | 2.246.784 |

(i) Refere-se ao valor presente das obrigações das cessões de operações de recebíveis de cartões de crédito, com retenção substancial de risco e benefícios de acordo com a Resolução nº 3.533/08,

atualizados de acordo com a taxa de cessão do contrato e valores a repassar por liquidação antecipada na carteira dos fundos de investimento em direitos creditórios.

b. Composição dos valores a pagar de operações de cartão de crédito por vencimento

| | 2018 | 2017 |
|--------------|------------------|------------------|
| Até 3 meses | 3.921.957 | 1.842.777 |
| 3 a 6 meses | 476.241 | 234.951 |
| 6 a 12 meses | 203.738 | 100.412 |
| Total | 4.601.936 | 2.178.141 |

10. Patrimônio líquido**Capital social**

O capital social da Instituição é de R\$1.065.451 (R\$587.049 em 2017), e está representado por 94.781.226 ações (36.510.662 em 2017), sem valor nominal, divididas entre 94.615.861 ordinárias (36.345.297 em 2017) e 165.365 preferenciais (165.365 em 2017), subscritas e integralizadas por acionistas domiciliados no país.

Em assembleia geral extraordinária, realizada em 08 de março de 2018, foi deliberado o aumento de capital no montante de R\$478.402 com emissão de 58.270.564 ações ordinárias.

b. Reserva de capital

O Nubank conta com um Plano de Opção de Compra de Ações (“Plano de Opção”),

aprovado na Reunião do Conselho de Administração realizada em 5 de julho de 2013, cuja última alteração realizada ocorreu no exercício de 2015, na Assembléia Geral Extraordinária realizada em 8 de maio de 2015, pelo qual são elegíveis a receber opções de compra de ações os colaboradores da Instituição. Ao final do ano de 2016, a Instituição transferiu o Plano de Opção para a Nu Holdings Ltd., sua controladora indireta. Desde então, as novas outorgas ocorrem na holding, e não mais na Instituição. A Instituição reconheceu despesas relativas às outorgas do Plano de Opção no montante de R\$14.963 no semestre findo em 30 de junho de 2018 (R\$12.330 em 2017), em contrapartida de reservas de capital no patrimônio líquido.

11. Receita operacional

| | 2018 | 2017 |
|------------------------------------|----------------|---------------|
| Receita de intercâmbio | 201.020 | 93.027 |
| Receita de anuidade (Rewards) | 22.286 | 290 |
| Impostos sobre receita operacional | (26.429) | (10.614) |
| Total | 196.877 | 82.703 |

O montante de receita operacional refere-se às tarifas de intercâmbio ganhas pela utilização dos cartões de crédito, tanto no Brasil quanto no exterior.

12. Custo dos serviços prestados

| | 2018 | 2017 |
|-------------------------------|------------------|-----------------|
| Custo de manutenção de contas | (122.358) | (51.177) |
| Custo de emissão de cartões | (34.901) | (18.608) |
| Total | (157.259) | (69.785) |

O custo dos serviços prestados é substancialmente composto por custos com processamento de compras de cartão de crédito, bandeira, cobrança, serviços de dados, bureaus de crédito, embossamento e entrega de cartões de crédito.

13. Despesas administrativas**a. Despesas de pessoal**

| | 2018 | 2017 |
|-----------------------------|-----------------|-----------------|
| Proventos | (36.293) | (24.735) |
| Encargos sociais | (15.504) | (8.700) |
| Benefícios | (6.417) | (2.917) |
| Honorários da administração | (1.545) | (1.406) |
| Treinamento | (266) | (144) |
| Total | (60.025) | (37.902) |

b. Despesas administrativas

| | 2018 | 2017 |
|---|-----------------|-----------------|
| Despesas de escritório | (6.019) | (7.898) |
| Despesas com processamento de dados e comunicações | (18.226) | (5.328) |
| Despesas com contratação de serviços especializados | (6.428) | (3.065) |
| Outras despesas administrativas | (3.182) | (1.128) |
| Despesas tributárias | (461) | (520) |
| Depreciação/amortização | (1.164) | (730) |
| Total | (35.480) | (18.669) |

14. Resultado financeiro

| | 2018 | 2017 |
|---|-----------------|-----------------|
| Resultado com instrumentos financeiros | 53.805 | 85.349 |
| Rendas de CCBs adquiridos | 224.400 | - |
| Outras receitas financeiras | 22.996 | 17.295 |
| Variação cambial positiva | 3.405 | - |
| Receitas financeiras | 304.606 | 102.644 |
| Variação cambial negativa | - | (870) |
| IOF sobre operações financeiras | (130) | (5.538) |
| Tarifas bancárias | (2.011) | (286) |
| Juros sobre contas de pagamento pré-pagas | (15.404) | - |
| Impostos sobre receitas financeiras | (14.911) | (1.915) |
| Despesa de juros | (37.544) | (1.409) |
| Despesas financeiras | (70.000) | (10.018) |
| Resultado financeiro | 234.606 | 92.626 |

15. Imposto de renda e contribuição social**a. Demonstrativo do cálculo
dos valores de imposto de renda
e contribuição social:**

| | 2018 | 2017 |
|--|-----------------|-----------------|
| Resultado antes do imposto de renda e contribuição social | (64.675) | 63.170) |
| Encargo total do imposto de renda e contribuição social | (25.873) | (28.426) |
| Adições/exclusões permanentes | 8.133 | 9.184 |
| Crédito tributário / Imposto de renda e contribuição social corrente (i) | 3.955 | (4.978) |
| Imposto de renda e contribuição social do período | (13.786) | (24.220) |

(i) Constituição de crédito tributário sobre prejuízo fiscal, base negativa e contingências passivas.

**b. Saldo e movimentação
de créditos tributários**

| | Saldo em 31/12/2017 | Constituição / (Realização) | Saldo em 30/06/2018 |
|--|------------------------|--------------------------------|------------------------|
| Provisão para créditos de liquidação duvidosa | 75.292 | 37.759 | 113.052 |
| Outras provisões passivas | 13.031 | 17.310 | 30.341 |
| Outros | - | 386 | 386 |
| Total dos créditos tributários sobre diferenças temporárias | 88.323 | 55.455 | 143.779 |
| Prejuízo fiscal e base negativa da contribuição social | 51.515 | (12.378) | 39.138 |
| Total dos créditos tributários | 139.839 | 43.078 | 182.916 |
| | Saldo em 31/12/2016 | Constituição / (Realização) | Saldo em 30/06/2017 |
| Provisão para créditos de liquidação duvidosa | 16.832 | 18.850 | 35.682 |
| Outras provisões passivas | - | 2.832 | 2.832 |
| Total dos créditos tributários sobre diferenças temporárias | 16.832 | 21.682 | 38.514 |
| Prejuízo fiscal e base negativa da contribuição social | 56.109 | 2.538 | 58.647 |
| Total dos créditos tributários | 72.941 | 24.220 | 97.161 |

O ativo fiscal diferido demonstrado no quadro acima contabilizado em 30 de junho de 2018, no montante de R\$182.916 (R\$93.301 em 2017), foi constituído sobre prejuízo fiscal/ base negativa da CSLL e diferenças temporárias.

c. Realização do crédito tributário

| Período | Imposto de Renda | Contribuição Social | Total |
|--------------|------------------|---------------------|----------------|
| 2018 | 42.053 | 25.232 | 67.285 |
| 2019 | 62.717 | 37.630 | 100.347 |
| 2020 | 9.553 | 5.732 | 15.285 |
| Total | 114.323 | 68.593 | 182.916 |

16. Cobertura de seguros

A Instituição adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade.

Em 30 de junho de 2018, a cobertura de seguros contra riscos operacionais era composto por R\$98.600 para incêndio (R\$52.000 em 2017), queda de raio e explosão, R\$600 para danos elétricos (R\$600 em 2017), R\$1.000 para quebra de vidros, espelhos, mármore e granitos (R\$1.000 em 2017), R\$1.000 para responsabilidade civil (R\$1.000 em 2017) e R\$500 para roubo e/ou furto qualificado de bens e mercadorias (R\$500 em 2017).

17. Instrumentos financeiros derivativos

A Instituição está autorizada a realizar operações com instrumentos

financeiros derivativos, que se destinam a atender às necessidades próprias, a fim de reduzir sua exposição a riscos de mercado, moeda e juros. A administração desses riscos é efetuada através da determinação de limites e do estabelecimento de estratégias de operação.

A Instituição não tem operações com derivativos em aberto em 30 de junho de 2018 e 2017.

18. Contingências

O Nubank é parte em ações judiciais e processos administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo aspectos cíveis e de relação de consumo.

a. Contingências passivas e obrigações legais

As provisões reconhecidas contabilmente estão representadas por ações cíveis de

relação de consumo. Quando requerido pela Justiça, são efetuados depósitos judiciais, apresentados na rubrica Outros créditos. Existem processos cíveis de relação de consumo classificados como possíveis pelos nossos assessores jurídicos no montante de R\$1.615 em 30 de junho de 2018 (R\$567 em 2017). O Nubank, com base na opinião de seus assessores legais, não espera a ocorrência de perdas no desfecho desses processos, além das já provisionadas. Em relação aos processos fiscais, em junho/2018, o Nubank tem provisionado a

título de obrigação legal o montante de R\$ 34.037 referente à majoração da alíquota do PIS e da COFINS (4,65%) incidente sobre a receita financeira estabelecida pelo Decreto 8.426/15.

b. Composição das provisões

A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos, constituiu provisão em 30 de junho de 2018 no montante de R\$556 (R\$194 em 2017) considerado suficiente para cobrir as perdas estimadas com as ações cíveis e de relação de consumo em curso.

c. Movimentação das provisões

| | 2018 | 2017 |
|------------------------------------|------------|------------|
| Saldo no início do semestre | 367 | 112 |
| Constituição | 473 | 119 |
| Utilização / reversão | (284) | (37) |
| Saldo no final do semestre | 556 | 194 |

19. Partes relacionadas

Conforme definições contidas no Pronunciamento Técnico CPC nº 05, partes relacionadas são os controladores e acionistas com participação relevante, empresas a eles ligadas, seus administradores, conselheiros e demais membros do pessoal-chave da

Administração e seus familiares. Não existem benefícios pós emprego tais como pensões e outros benefícios de aposentadoria. Os saldos de operações com partes relacionadas estão demonstrados abaixo:

| | 2018 | 2017 |
|---|----------|---------|
| Ativo | | |
| Cotas de fundos de investimento (FIDC) | 53.065 | 116.300 |
| Retenção de riscos por operações cedidas (FIDC) | 421.984 | 20.256 |
| Participação em Controladas | 84.859 | 8.986 |
| Passivo | | |
| Obrigações por operações vinculadas a cessão (FIDC) | 296.407 | 20.256 |
| Resultado | | |
| Prejuízo na cessão de recebíveis (FIDC) | (14.757) | (1.717) |
| Resultado de participação em Controladas | 603 | (1.352) |
| Rentabilidade de cota de fundo (FIDC) | 5.302 | 62.081 |
| Despesas com honorários da administração | (1.545) | (1.406) |

20. Outras informações

a. Caixa e equivalentes de caixa

O caixa e equivalentes de caixa apresentado nas demonstrações dos fluxos de caixa estão constituídos por:

| | 2018 | 2017 |
|---|----------------|----------------|
| Disponibilidade | 256.088 | 131.284 |
| Letras de arrendamento mercantil - LAM | 312.514 | - |
| Certificados de depósitos bancários - CDB pós fixados | 156.430 | - |
| Aplicação financeira - fundos de investimento | 110.631 | 239.893 |
| Aplicacoes em operações compromissadas | 69.003 | - |
| Total de caixa e equivalentes de caixa | 904.666 | 371.177 |

b. Estrutura de gestão de riscos e capital

A gestão de riscos é considerada um instrumento essencial para otimizar o uso de recursos e selecionar as melhores oportunidades de negócios, visando a obter a melhor relação Risco x Retorno. O gerenciamento de riscos é o processo onde:

- São identificados e mensurados os riscos existentes e potenciais das operações;

- São aprovados normativos institucionais, procedimentos e metodologias de gestão e controle de riscos consistentes com as orientações da Administração e as estratégias; e
- A carteira de clientes é administrada considerando as melhores relações de risco-retorno.

A identificação de riscos tem como objetivo mapear os eventos de risco de natureza interna e externa que possam

afetar as estratégias das unidades de negócio e de suporte e o cumprimento de seus objetivos, com possibilidade de impactos nos resultados, no capital, na liquidez e na reputação.

O processo de gestão de riscos permeia toda a Instituição, estando alinhados às diretrizes da Administração e dos Executivos que, por meio de Comitês e demais reuniões internas, definem os objetivos globais da Companhia, incluindo o apetite de risco. As unidades de controle e gerenciamento de capital, por sua vez, apoiam a administração por meio dos processos de monitoramento e análise de risco e capital.

A estrutura organizacional de gerenciamento de riscos está de acordo com as recomendações aplicáveis no Brasil e devidamente evidenciada em relatório de acesso público, disponível no endereço eletrônico da Instituição (www.nubank.com.br/contrato).

O controle dos riscos de Crédito, Liquidez e Operacional é realizado de forma centralizada, visando assegurar que os riscos da Companhia

sejam administrados de acordo com as políticas e os procedimentos estabelecidos. O objetivo do controle centralizado é prover à alta administração uma visão global das exposições aos riscos, bem como uma visão prospectiva sobre a adequação do seu capital, de forma a otimizar e agilizar as decisões corporativas.

c. Gerenciamento de Risco Operacional

De acordo com a Resolução CMN nº 3.380/2006, define-se como Risco Operacional a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos. Inclui-se à esta definição o Risco Legal associado à inadequação ou deficiência em contratos firmados, bem como sanções em razão de descumprimento de dispositivos legais e indenizações por danos a terceiros, decorrentes das atividades desenvolvidas. Excluem-se os riscos estratégicos de negócios e riscos de reputação, que não derivam de

falhas de controle interno. A estrutura estabelecida para a Gestão de Risco Operacional deve fortalecer as ações e os mecanismos para identificar, medir, avaliar, monitorar e reportar eventos de riscos operacionais, além de disseminar internamente a cultura de controle aos demais. Esta estrutura está formalizada em política que define a metodologia, processos e responsabilidades na gestão do risco operacional. O controle do Risco Operacional permite a atuação preventiva e corretiva, evitando novos eventos e reincidência de falhas.

d. Gerenciamento de Risco de Liquidez

De acordo com a Circular do Banco Central nº 3.681/2013, define-se como Risco de Liquidez a possibilidade de a instituição de pagamento não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas; e não ser

capaz de converter moeda eletrônica em moeda física ou escritural no momento da solicitação do usuário. A instituição mantém uma estrutura devidamente formalizada em política que define a estratégia, processos e responsabilidades para o adequado gerenciamento do risco de liquidez em diferentes horizontes de tempo, em situação normal ou de estresse.

e. Programa de recompensa

O Nubank criou um programa de fidelidade para seus clientes denominado “Nubank Rewards.” O plano consiste no acúmulo de pontos de acordo com as compras realizadas pelos clientes, na proporção de recompensa de R\$ 1,00 (um real) igual a 1 ponto, que nunca expiram. O valor financeiro desses pontos é subtraído da receita de intercâmbio e registrado na rubrica de receitas de exercícios futuros, presente no passivo da Companhia. O resgate é realizado apagando compras feitas pelo usuário em diversas

categorias de gastos, como passagens aéreas, hotéis, serviços de transporte, músicas etc.

21. Eventos subsequentes

A administração do Nubank não tem conhecimento de nenhum evento subsequente a ser divulgado nessas demonstrações financeiras.

